

A Conesp pune quem denuncia irregularidade

23 JUN 1985 Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

MAURO CARVALHO DA SILVA

O deputado Sylvio Martini, do PDS, moverá ação popular, por malversação do dinheiro público, contra o governador Franco Montoro, acusando-o de não ter mandado apurar irregularidades na Conesp (Companhia Estadual de Construções Escolares), que causaram prejuízos à empresa de quase Cr\$ 300 milhões. As irregularidades foram constatadas há um ano e, segundo Martini, "o governador não tomou nenhuma providência para punir os culpados; ao contrário, as pessoas que descobriram a fraude é que foram demitidas".

Em fevereiro e março do ano passado, a diretoria da Conesp contratou, sem concorrência pública, a empresa Madezatti S/A, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, para a construção de 13 escolas com material pré-fabricado, no valor de Cr\$ 600 milhões. Na Conesp, informa-se que o engenheiro Pedro Gens, genro do governador Montoro, foi representante da empresa gaúcha em São Paulo, informação confirmada por funcionários da Madezatti.

Antes mesmo que os contratos fossem assinados, as obras foram iniciadas. Entre elas está a da E.E.P.G. Cohab V, em Carapicuíba, com construção orçada, conforme proposta da Madezatti, de 16/1/84, em Cr\$ 69.005.760 — quase o dobro do orçamento feito pela prefeitura de Carapicuíba. Dois dias depois, técnicos da Conesp fizeram uma avaliação e o custo da obra foi estimado em Cr\$ 45 milhões.

Outra irregularidade: a Madezatti não tinha, na época, registro para construir em São Paulo. Segundo o Crea — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, a empresa gaúcha estava inscrita apenas para o fornecimento de fibra e cimento para construção.

Apesar de tudo, a contratação dessa obra (e de outras 12) foi feita sem licitação, contrariando as normas da Conesp que prevêm a convocação geral de fornecedores para compras acima de Cr\$ 62 milhões. E, em 16 de fevereiro, o contrato foi assinado pelo diretor financeiro Rui Guilherme Franzleira e o diretor técnico José Lorenzoni Parreira, representando a Conesp.

Cinco dias depois, a diretoria da Conesp pagou 60% da obra, ou seja Cr\$ 41 milhões, sem nenhuma justificativa e apesar de a Madezatti pedir, em sua proposta, uma antecipação de apenas 20%. Em abril, a irregularidade foi denunciada pelo diretor administrativo Manoel Vilela Lopes e o presidente da Conesp, Mário Ladeia, determinou que a Coordenadoria Jurídica da empresa verificasse a documentação.

Os advogados Ronaldo de Barros Monteiro e Paulo Burjato de Mendonça, auxiliados pelo colega Cláudio Luiz Rodrigues de Salles, concluíram pela "total ilegalidade e irregularidade dos atos praticados pela diretoria da Conesp".

Em seu parecer, os advogados afirmaram que "a obra foi incorretamente enquadrada como sendo de emergência, posto que, no caso, incorreu qualquer das hipóteses que ensejam a dispensa de licitação". E mais: "O pagamento antecipado de 60% do valor contratual foi feito sem a exigência de

quaisquer garantias prévias, como fiança bancária, seguro-garantia, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, estando essa sistemática fora da praxe estabelecida por esta companhia". A mesma irregularidade foi constatada pelos advogados na construção de outra escola em Carapicuíba, no valor de Cr\$ 74.652.600.

No dia 3 de maio, o então secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos, encaminhou carta ao Conselho de Administração da Conesp comunicando a "renúncia do dr. José Lorenzoni Parreira ao cargo de diretor técnico". Sem explicar os motivos da "renúncia", Paulo de Tarso disse que "acabo de submeter o assunto ao exame de minha assessoria jurídica e concluí, com ela, que o renunciante não praticou qualquer ilegalidade que possa ser registrada". Pouco depois, Lorenzoni Parreira assumiu um cargo na diretoria da Madezatti, em São Paulo, onde trabalha até hoje.

Naquele mesmo dia, o Conselho de Administração da Conesp reuniu-se e decidiu: aceitar a renúncia de José Lorenzoni Parreira e demitir o diretor administrativo, Manoel Vilela Lopes, que fez as denúncias. Ambos receberam "votos de louvor" do presidente da Conesp, Mário Ladeia.

E, segundo os funcionários da Conesp, o Conselho "recebeu ordens do Palácio dos Bandeirantes" para que o diretor financeiro, Rui Guilherme Granziera ("muito amigo do secretário José Serra") acumulasse o cargo de diretor administrativo. No dia 25 de maio, Granziera demite os advogados Cláudio Luis Rodrigues de Salles e Paulo Burjato de Mendonça, que confirmaram as denúncias. Ronaldo de Barros Monteiro, segundo Cláudio Luis, foi mantido no cargo, pois, "além de ser um ótimo profissional, é bem relacionado politicamente".

Cláudio conta ainda que ao tomar conhecimento da demissão, ele e Paulo Burjato foram conversar com o presidente da Conesp, que "havia garantido que nada nos aconteceria se apurássemos a verdade". Mário Ladeia negou que os dois tivessem sido demitidos, mas três dias depois "Granziera baixou um CI (Comunicado Interno) proibindo nossa entrada no prédio da Conesp".

De nada valeram os apelos ao presidente, pois "na verdade quem mandava na Conesp era o Granziera, amigo do Serra, e o Mário Ladeia era chamado nos corredores de "a rainha da Inglaterra", pelo fato de não mandar nada; era uma figura decorativa", lembra Cláudio Rodrigues.

Dias depois da demissão dos advogados, Mário Ladeia foi "transferido" para a Emplasa, onde passou a ocupar o cargo de vice-presidente, cargo que não existia na empresa, mas que foi "criado para acalmar os ânimos", diz Cláudio. A Conesp, segundo os funcionários, desperta muitos interesses políticos, e Marclano de Araújo Neto, que assumiu a presidência no lugar de Mário, "deixou o cargo na sexta-feira, quando foi substituído por Ivan Correia de Toledo, ex-assessor do deputado Luís Carlos Santos, presidente da Assembleia".